



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 306044-2

APELANTE: IDALINA ALMEIDA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

EMENTA: PENAL - PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - HOMICÍDIO - ARTIGO 121, § 2º, INCISOS III E IV, DO CÓDIGO PENAL - JULGAMENTO PELO JÚRI - CONDENAÇÃO - DECISÃO LASTREADA EM PROVA DOS AUTOS.

Não é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados que acolhe uma das versões com respaldo no conjunto probatório produzido que confirma a autoria e materialidade do delito.

À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

ACORDÃO :

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 306044-2

APELANTE: IDALINA ALMEIDA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta em face da decisão prolatada pelo Tribunal do Júri da 1ª Vara da Capital que condenou a ora apelada pela infração do disposto no art. 121 do CP a uma pena de 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão a ser cumprido em regime inicial semiaberto.

Dispõe a denúncia que, no dia 16 de novembro de 1997, por volta das 23:30 horas, na ponte velha, localizada no bairro da Boa Vista, a ora apelante, armada de uma pistola taurus calibre 380, disparou quatro tiros contra a pessoa de João Firmino de Barros Júnior, contando com a ajuda de Edson de Sales Guerra, seu esposo.

Em suas razões, afirma a apelante, em síntese, que a decisão do Júri foi contrária à prova dos autos, ante a tese de legítima defesa.

O Ministério Público apresentou contrarrazões às fls. **539/541**, pugnando pela improcedência do recurso.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer (fls. **551/556**), posicionando-se pelo não provimento do apelo.

É o relatório. À douta Revisão.

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 306044-2

APELANTE: IDALINA ALMEIDA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

VOTO

A insurgência da recorrente cinge-se à alegação de veredicto equivocado, posto que contrário à prova dos autos.

No caso, a ré confessa a prática do delito, mas afirma que agiu em legítima defesa.

Analisando os autos, considero que, em verdade, o que se verifica nas razões supracitadas é o mero inconformismo da condenada em relação ao julgamento da Egrégia Corte Popular, não merecendo ser acolhido, haja vista a decisão colegiada ter sido alcançada de acordo com corpo probatório produzido durante a instrução criminal.

Não é qualquer dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos durante a instrução que autorizam a cassação do julgamento realizado pelos juízes leigos. Será invalidada, somente, a decisão dos jurados que nenhum apoio encontra na prova dos autos.

No caso em análise, optaram os juízes leigos pela tese acusatória, não havendo razão para hostilizar a decisão colegiada, mesmo porque somente se permite sua cassação quando o veredicto não encontra qualquer respaldo nos autos e com o qual, obviamente, não se confunde aquele que opta por uma das versões apresentadas em plenário.

Assim é o entendimento jurisprudencial em casos semelhantes:

STJ: "(...). PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. RECONHECIMENTO DE UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS NOS AUTOS. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO QUE REQUER DILAÇÃO PROBATÓRIA, INVIÁVEL NA VIA ELEITA. 1. A teor do entendimento desta



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Corte, não é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados que acolhe uma das versões respaldada no conjunto probatório produzido, como é o caso presente" (HC 40068 / RJ 2004/0171607-6, T5 - QUINTA TURMA, Data da Publicação/Fonte: DJ 16.04.2007 p. 219)

TJPR: "TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO DE APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS POR NÃO TEREM OS RÉUS PARTICIPADO DOS FATOS DESCRITOS NA DENÚNCIA. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA QUE OPTOU POR UMA DAS VERSÕES COM AMPARO NA PROVA PRODUZIDA. RECURSO DESPROVIDO - Improcedente é a alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, 'd', CPP) quando o Conselho de Sentença opta por uma das versões com amparo em uma das vertentes da prova produzida" (Acórdão nº 20.983, 1ª Câmara Criminal, Julgamento em 24/05/2007, Dados da Publicação: DJ: 7396)

Verifico que o inconformismo da apelante é improcedente, vez que o julgamento do Tribunal do Júri foi de acordo com as provas dos autos, que possibilitaram robusta comprovação acerca da materialidade do delito e de sua autoria, não havendo qualquer indício de excludente de ilicitude na conduta praticada.

Portanto, não há como ser acolhida a tese de legítima defesa, vez que a conduta do apelado não se amolda à causa de exclusão de antijuridicidade.

Ressalte-se que a legítima defesa para que seja caracterizada necessita da existência de requisitos básicos, como a **agressão atual, iminente e injusta**, a defesa de um direito próprio ou alheio, com **emprego moderado e proporcional dos meios necessários**, somando-se o elemento subjetivo acerca do conhecimento da agressão e da necessidade da defesa.

A ausência de qualquer dos requisitos citados torna insubsistente a excludente de ilicitude, o que se verifica no caso em tela, em que não se vislumbra nenhum dos elementos caracterizadores da legítima defesa.

Portanto, concluo que, na valoração das provas, não restou dúvidas para o Conselho de Sentença quanto à responsabilidade penal da apelante, não havendo dissociação da decisão condenatória com os elementos constantes dos autos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Assim, é de ser mantida a soberania do veredicto proferido pelo Conselho de Sentença, posto que os jurados acolheram a tese da acusação, por entendê-la mais concatenada com a realidade dos autos.

Com essas considerações, voto pelo não provimento do apelo.

É como voto.



Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



572

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0306044-2 – 1º TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE RECIFE-PE

Apelante:	Idalina Almeida
Apelado:	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor:	Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor Convocado:	Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a):	Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Como relatado, cuida-se de Apelação Criminal com o escopo de anular a decisão do Conselho de Sentença da Vara Privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Recife-PE, submetendo a apelante **Idalina Almeida** a novo julgamento pelo tribunal popular, com fulcro no art. 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal, em virtude do não acolhimento da tese de legítima defesa.

Tenho que o pedido de anulação do julgamento proferido pelo referido Conselho de Sentença não merece ser acolhido.

Isso porque, como é cediço, a hipótese de anulação das decisões do Tribunal do Júri em razão de sua contrariedade manifesta à prova dos autos, elencada no supramencionado dispositivo legal, deve ser interpretada de forma cautelosa e restritiva, a fim de que, mesmo relativizado, ainda se mantenha íntegro o princípio constitucional da soberania dos veredictos.

Desse modo, para que se anule uma decisão prolatada pelo Conselho de Sentença sob aquele fundamento, necessário se faz que a aludida decisão esteja totalmente divorciada das provas constantes do caderno processual, isto é, não encontre apoio em qualquer elemento probatório coligido aos autos.

A *contrario sensu*, se o veredicto do júri popular encontra substrato, ainda que mínimo, na prova dos autos, acatando uma das chamadas teses ou versões de defesa ou de acusação, não há que se falar em ocorrência de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, consoante restou amplamente consolidado na jurisprudência deste e de outros tribunais pátrios¹.

No caso vertente, após detida análise do caderno processual, constato que, precisamente, a tese acatada pelo Conselho de Sentença, consubstanciada na atribuição da autoria delitiva à apelante, encontra respaldo em diversas provas produzidas ao longo da instrução criminal e do inquérito policial, estas últimas devidamente submetidas ao crivo do contraditório judicial, nos termos do art. 155 do Código de Processo Penal.

¹ Nesse sentido, dispõe a Súmula nº 83 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que: *"Não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão do Conselho de Sentença que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes, fundadas nos elementos probatórios"*



A esse respeito, merece destaque o depoimento da testemunha arrolada pelo Ministério Público, **João Firmino de Barros**, que declarou ter a apelante oferecido um revólver e trezentos reais a um vigilante da área onde ocorreu o crime, para que este informasse o paradeiro da vítima.

Acrescente-se que esta informação foi corroborada pela testemunha **Sérgio José Leite**, também arrolada pelo Ministério Público, que afirmou ter sido procurado pela apelante, a qual estava querendo saber informações sobre o paradeiro da vítima. Por fim, declarou que a apelante chegou a oferecer-lhe um revólver e trezentos reais em troca de tais informações.

Ademais, inexistindo elementos nos autos capazes de indicar que a apelante repeliu agressão injusta, atual ou iminente, a direito próprio ou alheio, bem como que usou moderadamente dos meios necessários, não há se falar que sua conduta se deu sob o abrigo da excludente de ilicitude da legítima defesa (art. 25, CPB).

A materialidade do delito, por sua vez, restou demonstrada através do laudo de perícia tanatoscópica de fls. 54/54v.

Assim, por existir substrato probatório hábil a amparar a tese apresentada pelo órgão ministerial, que atribui à apelante a autoria delitiva dos fatos em questão, tenho que, no caso vertente, não restou configurada a hipótese de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, nos termos do art. 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal.

Por conseguinte, impossível é a anulação do veredicto proferido pelo Tribunal Popular e a submissão da recorrente a novo julgamento.

Por todo o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo para, na forma da fundamentação *supra*, manter, em todos os seus termos, a condenação da apelante operada na sentença.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado